



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025**  
**(Do Sr. Zucco)**

Solicita-se ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, que, com a máxima urgência, sejam prestadas informações detalhadas acerca da postura adotada pelo Itamaraty diante da atuação de empresas brasileiras envolvidas em operações de alto risco, notadamente na importação de ureia diretamente do Irã, proveniente de entidades expressamente sancionadas pelos Estados Unidos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, referendado pelo Plenário desta Comissão e, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, informações detalhadas, com a máxima urgência, acerca da postura adotada pelo Itamaraty diante de um cenário de elevada gravidade que ameaça não apenas a economia nacional, mas também a soberania e a integridade diplomática do Brasil perante a comunidade





internacional. A preocupação decorre da atuação de empresas brasileiras envolvidas em operações de alto risco, especialmente na importação de ureia diretamente do Irã, oriunda de entidades expressamente sancionadas pelos Estados Unidos.

## JUSTIFICAÇÃO

A imprensa nacional tem veiculado, de forma ampla e reiterada, que empresas brasileiras estão envolvidas em operações de alto risco, importando ureia diretamente do Irã de entidades expressamente sancionadas pelos Estados Unidos, como a *Pardis Petrochemical Company*. Tais operações apresentam fortes indícios de fraude documental e contrabando para ocultar a origem iraniana da mercadoria, e expõem todo o sistema financeiro e comercial brasileiro ao risco iminente e severo de sanções secundárias impostas pelo Tesouro norte-americano<sup>1</sup>.

O produto foi fornecido pela Pardis Petrochemical Company (PPC), subsidiária da National Petrochemical Company (NPC), vinculada ao Ministério do Petróleo do Irã e alvo de sanções impostas pelos Estados Unidos. De acordo com o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), responsável pela administração dessas sanções, a referida estatal teria sido utilizada para financiar a Guarda Revolucionária Iraniana, classificada pelo governo norte-americano como organização terrorista.

<sup>1</sup> <https://claudiodantas.com.br/exclusivo-importadores-brasileiros-burlam-sancoes-dos-eua-e-importam-ureia-do-ira/>

<https://bradockshow.com.br/empresas-brasileiras-contornam-sancoes-e-importam-ureia-do-ira/>





Em junho, Israel e os Estados Unidos realizaram bombardeios contra instalações militares e nucleares com o objetivo de encerrar o programa atômico militar do regime do aiatolá Ali Khamenei. Toda a cúpula da Guarda Revolucionária Iraniana foi eliminada, incluindo Behnam Shahriyar, comandante das forças Quds, seu batalhão especial. O governo Lula manifestou críticas à ação.

De acordo com o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), qualquer agente estatal ou privado que mantenha relações comerciais com a estatal iraniana está sujeito à imposição de sanções secundárias, as quais podem ser estendidas aos bancos utilizados nas transações comerciais, aos compradores da carga no Brasil e, eventualmente, ao próprio governo brasileiro. A situação se agrava diante de indícios de fraude documental por parte das empresas envolvidas, com o aparente objetivo de ocultar a verdadeira origem da carga. Essa circunstância abrange, por exemplo, as empresas Link Comercial Importadora e Exportadora e MMS Participações, diretamente envolvidas na importação de ureia proveniente do Irã.

Diante desta situação de extrema gravidade e do risco de bloqueios financeiros, congelamento de ativos e paralisia comercial para empresas e bancos nacionais, é imperioso e de interesse público incontestável conhecer a posição e as ações concretas de Vossa Excelência e de seu Ministério.

Assim, requeremos de forma **incisiva e específica**:

1. Que Vossa Excelência detalhe, de forma clara e sem reticências, qual a orientação diplomática formal que o Ministério das Relações Exteriores tem repassado às empresas brasileiras do setor de





fertilizantes e ao sistema financeiro nacional sobre os perigos jurídicos e econômicos de transacionar com entidades iranianas sob sanções internacionais dos EUA. Solicitamos cópia de ofícios, memorandos ou quaisquer outros documentos que comprovem que o Itamaraty agiu de forma proativa e preventiva para alertar o setor privado sobre esta ameaça concreta.

2. Que seja informado se o Itamaraty, ciente dessas operações através de ampla divulgação na mídia, tomou alguma iniciativa para apurar os fatos em coordenação com a Receita Federal, a Polícia Federal e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ou se optou por uma omissão deliberada que configura, na prática, conivência com uma operação de alto risco que pode lesar gravemente a economia nacional.
3. Que Vossa Excelência explicita se existe, ou existiu, qualquer tipo de aval tácito ou orientação política do alto escalão do governo para que tais importações prosseguissem, ignorando voluntariamente o regime de sanções internacionais e os seus riscos. Em caso negativo, que apresente as medidas concretas e formais adotadas pelo MRE para coibir tais práticas e proteger os interesses nacionais.
4. Considerando o dever constitucional de zelar pelas relações internacionais do país, que Vossa Excelência informe quais medidas diplomáticas foram ou serão adotadas para proteger o Brasil de retaliações econômicas, e como responsabilizará perante a lei brasileira as empresas que, através de fraudes documentais, expuseram o país a tais riscos.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A sociedade brasileira e o setor produtivo não podem ser reféns de uma crise diplomática e econômica previsível, gerada pela ação de particulares e, potencialmente, agravada pela inação ou omissão do poder público. A falta de uma postura firme, transparente e proativa do Itamaraty neste caso específico pode ser interpretada como **prevaricação** por parte dos agentes públicos que, conhecedores do risco, se abstiveram de agir para proteger os interesses nacionais.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalizatória se amolda em uma das funções típicas do Poder Legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes sobre o tema, e se assim for necessário, tomar providências com finalidade de que sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Aguardamos pronta resposta, completa e documentada, que efetivamente preste contas à Nação sobre as ações deste Ministério perante uma das mais sérias ameaças econômicas dos últimos tempos.

Sala da Comissão, em                      de                      de  
2025.

**DEPUTADO FEDERAL ZUCCO (PL/ RS)**  
**LÍDER DA OPOSIÇÃO**

